



212

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alccforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003464-96.2014.8.17.0000 (332210-9)
IMPETRANTE : IEDA DE SÁ PAIVA
PACIENTE : ALDEMIR DE SÁ
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
CONVOCADO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – VARA DO
TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. CRIME HEDIONDO. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA. PACIENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Hipótese em que a prisão do paciente é necessária para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal. Paciente que está em local incerto e não sabido, revelou ser pessoa perigosa e não trouxe para os autos sua certidão de antecedentes criminais.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº **0003464-96.2014.8.17.0000 (332210-9)**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem** nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de Maio de 2014.

Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003464-96.2014.8.17.0000 (332210-9)
IMPETRANTE : IEDA DE SÁ PAIVA
PACIENTE : ALDEMIR DE SÁ
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
CONVOCADO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – VARA DO
TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

RELATÓRIO:

IEDA DE SÁ PAIVA, advogada, impetrou o presente Habeas Corpus Preventivo em favor de **ALDEMIR DE SÁ**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

A impetrante relata que o paciente teve a prisão preventiva decretada nos autos do processo crime 29621-72.2012.8.17.0810, a que responde na comarca supracitada, pela prática de crime de homicídio qualificado.

Sustenta que o pedido defensivo de revogação do decreto prisional foi indevidamente indeferido. Para tanto, argumenta que: o Ministério Público foi favorável à sua concessão; o paciente tem residência fixa e profissão lícita.

Pugna, ao final, pela revogação da prisão preventiva do paciente.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 10/181.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A autoridade impetrada prestou informações às fls. 196/200, justificando a necessidade da manutenção da custódia cautelar do paciente.

A Procuradora de Justiça Cristiane Maria Caitano da Silva, por meio do parecer de fls. 204/208, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 27 de Maio de 2014


Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003464-96.2014.8.17.0000 (332210-9)
IMPETRANTE : IEDA DE SÁ PAIVA
PACIENTE : ALDEMIR DE SÁ
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
CONVOCADO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – VARA DO
TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

VOTO:


Como visto, trata-se de **habeas corpus preventivo** que visa à revogação do decreto de prisão preventiva do paciente **ALDEMIR DE SÁ**, exarado nos autos do processo crime nº 29621-72.2012.8.17.0810.

Os argumentos defensivos são: o Ministério Público foi favorável à revogação da medida constritiva; o paciente tem residência fixa e profissão lícita.

Examino:

O paciente teve a prisão preventiva decretada para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal.

Os argumentos adotados pelo magistrado processante para decretar a medida constritiva e para manter a decisão foram: a periculosidade do agente revelada pelo *modus operandi*; a fuga do distrito da culpa do paciente.

 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Segundo o magistrado, "os denunciados não foram localizados quando da expedição dos mandados de citação, não compareceram aos atos processuais e encontram-se foragidos do distrito da culpa até a presente data. Tal atitude fortalece a necessidade de se manter a medida excepcional decretada visando também a garantir um eventual aplicação da lei penal, uma vez que se distanciaram para se furtarem de sua responsabilidade no processo".

Tem razão o magistrado processante.

Consta dos autos que o paciente, juntamente com outro acusado, "em comunhão de desígnios e ações", inconformados com o fato da vítima Edeni Alves de Andrade não ter devolvido nem pago uma arma de fogo que lhe havia sido emprestada, efetuaram 12 disparos de arma de fogo contra ela, causando-lhe a morte.

Além disso, dos autos consta ainda que o paciente, que é conhecido como "Mimi", é pessoa temida pela comunidade e integra o grupo denominado "equipe dos paraibanos".

Por oportuno, transcrevo uma declaração feita por uma das testemunhas na delegacia:

"TODO MUNDO ALI TEME ELES (MAICO E MIMI) PORQUE ELES SÃO BRABOS, SÃO MUITO FALADO E PORQUE ESSE MIMI É MUITO RUIM, NÃO RESPEITA NEM OS PAIS DELE, QUANTO MAIS OS OUTROS" (fls. 77).

A prisão preventiva do paciente, portanto, é necessária para garantia da ordem pública, conforme aduz o magistrado processante.

De qualquer maneira, como se sabe, a fuga do distrito da culpa, por si só, constitui motivação idônea para justificar a prisão preventiva. É que o que prevê a Súmula nº 89



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

desse tribunal: ***"A fuga do distrito da culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva"***.

Nesse ponto, argumenta a defesa que o paciente não está foragido. Segundo ela, ele apenas trabalha viajando para o Estado da Paraíba, mas mora com a família no bairro de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes, e quando os oficiais de justiça foram até a casa dele, a irmã e o pai dele "não souberam informar o endereço com precisão".

Entretanto, na certidão de fls. 121v. consta que a irmã do paciente informou que **ele está residindo no Estado da Paraíba em endereço desconhecido pela família**.

Logo, se o paciente está em local incerto e não sabido, não há como acolher a tese defensiva.

Registre-se, por fim, que a certidão de antecedentes criminais do paciente não foi acostada aos autos.

Nesse contexto, em que pese o parecer favorável do Ministério Público, entendo que o decreto de prisão preventiva permanece respaldado no art. 312 do CPP.

A propósito, colho decisão proferida por mim em caso semelhante:

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PREVENTIVA. FALTA DE PROVA DA AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DO WRIT. DECRETO PRISIONAL. PERICULOSIDADE E FUGA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. A estreita via do habeas corpus, incompatível com a dilação probatória, não comporta alegação de ausência de prova da autoria delitiva, se não demonstrada de plano. Sendo necessário cotejar as provas, é de se esperar o término da instrução criminal.

2. **A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar a prisão preventiva (Súmula 89, do TJPE). Precedentes do STF e STJ.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

3. A prisão do réu em outro estado, quase três anos após o édito constritor vergastado, evidencia nítida a intenção de se furtar à ação da justiça e justifica a prisão cautelar.

4. Nesse diapasão, tem-se por suficientemente motivada a decisão vergastada, pois além da fuga, ao réu se imputa a prática de crime hediondo, cujas circunstâncias evidenciam sua periculosidade, como acentuou o juiz impetrado no decisum açoltado.

5. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

(HC 219088-7 – Relator: Des. Fausto Campos – julgado em 20/08/2010)

Isso posto, em consonância com o posicionamento da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2019

Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Relator Convocado